



WWW.CDDMOZ.ORG

# POLÍTICA MOÇAMBICANA

Domingo, 02 de Fevereiro de 2025 | Ano VI, n.º 667 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | [www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

## Esclarecimento da alegada evasão de reclusos da Cadeia Central e da BO deve estar entre as prioridades do Ministro da Justiça

- Tomou posse na semana passada o Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Mateus Saize. Era até à sua nomeação juiz Conselheiro do Conselho Constitucional (CC), órgão que validou e proclamou os resultados eleitorais de 9 de Outubro de 2024, marcadas por denúncias de fraude. A nomeação está a ser alvo de críticas, nomeadamente devido ao entendimento de que Chapo estaria a gratificar Saize por alegadamente ter viabilizado a vitória de Chapo e da Frelimo. Dentre várias prioridades, Saize deve esclarecer a alegada evasão de reclusos da Cadeia Central de Maputo e da Cadeia de Máxima Segurança, vulgo BO. Durante o mandato, Saize deve trabalhar para assegurar que haja justiça justa para todos os moçambicanos, nomeadamente: fazendo com que a linguagem usada pelos tribunais seja acessível para todos, principalmente para as partes; garantindo presença física dos tribunais junto da população; assegurando celeridade processual; tornando a justiça menos cara (rever as custas).



## Contexto da nomeação e desafios

**M**ateus da Cecília Feniase Saize foi nomeado e tomou posse no dia 30 de Janeiro de 2025. Nasceu no dia 4 de Março de 1969, em Mungari, distrito de Guro, província de Manica. Até a sua nomeação era Juiz Conselheiro do CC, funções que exercia desde Setembro de 2014. É Doutor em Direito pela Universidade Eduardo Mondlane, desde 2016. É docente universitário. Teve uma passagem pelo Banco de Moçambique como jurista. Ocupou vários cargos políticos, com destaque para o cargo de Presidente da Assembleia Municipal da Beira.

A sua nomeação está a ser alvo de críticas, nomeadamente devido ao entendimento de que estaria a ser gratificado por alegadamente ter viabilizado a vitória de Chapo e da Frelimo.

Na acto de posse, o Presidente da Repúbli-

ca, Daniel Chapo, apontou alguns desafios ao ministro Saize. São, no fundo, desafios que reflectem o sentimento generalizado da sociedade sobre a justiça. Por exemplo, Chapo disse que os moçambicanos devem permanecer e viver um ambiente de plena justiça social e económica promovida pelas instituições de direito. Segundo Chapo esse é um dos deveres do ministro.

“A nossa experiência mostra que o sentimento de exclusão social e económica dos moçambicanos decorre, também, da percepção da falta de justiça que seja célere e acima de tudo justa para todos”, disse Chapo.

Numa altura em que a justiça está a ser entendida como um privilégio para as elites, ao ministro da justiça se pede o acesso à justiça para todos os cidadãos.

Outros desafios que o ministro deve enfren-

tar e lidar com eles são: a morosidade legal e processual, a elitização da justiça (a linguagem muitas vezes ou sempre usada não é de fácil compreensão para os cidadãos comuns, se não para os advogados, o Ministério Público e o juiz. Em Moçambique, a justiça é cara na medida em que o povo tem dificuldades em ter acesso aos Advogados e suportar os encargos processuais. A justiça ainda é distante até do ponto de vista físico, na medida em que alguns cidadãos devem percorrer longas distâncias para ter acesso a um tribunal.

Os desafios podem ser ultrapassados por via de um diálogo e articulação permanentes com outras entidades públicas. A sociedade civil também tem um papel determinante. Uma revisão do quadro legal e institucional é fundamental para a caminhada rumo a uma justiça justa para todos os moçambicanos.

## Esclarecimento do caso da alegada evasão de reclusos da BO

Em 25 de Dezembro, um total de 1534 reclusos fugiram da cadeia Central e da BO. Foi a maior fuga prisional em termos numéricos da história do país. As autoridades confirmaram que, durante a operação no terreno, 34 reclusos foram atingidos mortalmente. Dias depois, foi reportada a recaptura de pouco mais de 322 reclusos.

Entre os fugitivos estavam indivíduos condenados e detidos preventivamente por envolvimento em actividades ligadas ao terrorismo e extremismo violento em Cabo Delgado, sequestros e tráfico de drogas.

Por via de um trabalho de investigação, incluindo entrevistas a 39 informantes entre os reclusos; guardas prisionais do Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP); agentes da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), uma subunidade da Polícia da República de Moçambique (PRM); médicos e outro pessoal de saúde no Hospital Central de Maputo (HCM) e população vizinha das duas prisões, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) ficou a saber que o objectivo principal da operação de fuga foi facilitar a libertação de três grupos específicos de indivíduos:

- Trinta (30) insurgentes, incluindo moçambicanos e tanzanianos. Informação não verificada sugere que dos foragidos, quatro foram recapturados, sendo um dos capturados cidadãos de nacionalidade tanzaniana.
- Quinze (15) raptos e indivíduos en-

**Em 25 de Dezembro, um total de 1534 reclusos fugiram da cadeia Central e da BO. Foi a maior fuga prisional em termos numéricos da história do país. As autoridades confirmaram que, durante a operação no terreno, 34 reclusos foram atingidos mortalmente. Dias depois, foi reportada a recaptura de pouco mais de 322 reclusos.**

volvidos no tráfico de drogas. Informação não verificada indica que apenas cinco (5) escaparam, sendo que dois (dois) deles já se encontram na vizinha República da África do Sul. Já em território sul-africano, fizeram vídeos e aparentemente a Polícia Sul-Africana estaria ao seu encalço.

- Dois indivíduos ligados ao caso de drogas apreendidas no Aeroporto Internacional de Maputo, incluindo cidadãos indianos.

Em 29 de Dezembro de 2024 o então vice-ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Filimão Suazi, anunciou a criação de uma Comissão de Inquérito para investigar as circunstâncias da alegada evasão, em 25 de Dezembro, de reclusos da Cadeia Central de Maputo e do Estabelecimento Penitenciário de Máxima Segurança da Machava, vulgo (BO), no município da Matola, província de Maputo. Um mês depois ainda não há resultados do inquérito. Sequer se sabe sobre os termos de referência da comissão nem os seus integrantes. É importante que haja uma investigação que permita apurar as circunstâncias da alegada evasão de reclusos da Cadeia Central de Maputo e da BO. O ministro deve trabalhar no sentido de apurar se a Comissão foi mesmo criada. Se tiver sido criada, a sua composição deve ser pública em nome da transparência.



*Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.*

*Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.*

**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** André Mulungo  
**Autor:** CDD  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**Twitter:** CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

